



Audição parlamentar regimental

7 de março de 2023

Intervenção da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,

Esta é a segunda audição fora do orçamento desta equipa e tendo a primeira tido lugar no passado dia 13 de dezembro de 2022, gostaria de, nesta intervenção, apresentar os principais desenvolvimentos na área da ciência e ensino superior, bem como os passos que têm sido dados para nos aproximarmos do cumprimento dos objetivos estabelecidos, no programa do governo. Para quem, como eu, preza a transparência, é com satisfação que tenho a oportunidade de novamente apresentar e discutir as opções de política pública na área da ciência, tecnologia e ensino superior com a Assembleia da República, órgão fiscalizador da atividade governativa por excelência. Nesse contexto, compete-me transmitir a V. Exas. os desenvolvimentos ocorridos desde a última audição regimental em que participamos e salientar os aspetos mais relevantes da atividade governativa desenvolvida neste período.

Desde logo, a **revisão do sistema de acesso ao ensino superior**.

Sabemos bem da importância que o ingresso no ensino superior tem na vida de milhares de jovens que concluem o ensino secundário e na vida das suas famílias. A mesma que tem na vida de candidatos mais velhos, nacionais ou internacionais, pelas diversas vias de ingresso à sua disposição.

Subjacente ao que afirmei está o nosso compromisso para com o aumento das qualificações da população portuguesa. Pessoas mais qualificadas terão mais oportunidades de emprego e

de valorização pessoal e isso promoverá maior progresso económico, social, cultural e tecnológico para o nosso país.

Concluimos, há algumas semanas, um amplo processo de auscultação, desenvolvido, ao longo de vários meses, pelo Ministério que tutelo e pelo Ministério da Educação e que envolveu diversas entidades dos dois sistemas de ensino (secundário e superior). A conclusão deste processo dá, assim, cumprimento ao Programa do Governo, que consagrou o objetivo de proceder à avaliação de melhorias a introduzir nesse processo, por forma a continuar a estimular a democratização e diversificação do acesso ao ensino superior.

As alterações consensualizadas conduzirão, até ao final desta legislatura, a um ensino superior mais diversificado, com um sistema de seriação e colocação que respeita os estudantes e as suas famílias e que valoriza de forma equilibrada o percurso desenvolvido pelos estudantes no ensino secundário.

Na sequência do processo de reflexão e discussão pública subjacente à revisão do sistema de acesso ao ensino superior, salientam-se as seguintes medidas políticas:

- a fixação de vagas do regime geral de acesso e de todos os concursos especiais passar a ocorrer no primeiro trimestre do ano;

- o estímulo à diversificação das vias de ingresso;
- o fortalecimento da autonomia e a responsabilização das IES através da simplificação de despacho que estabelece as orientações e limites para fixação de vagas (em discussão pública até ao dia de hoje);
- a antecipação de todo o calendário de colocações do concurso nacional de acesso;
- a criação de um contingente prioritário de estudantes carenciados economicamente;
- e o alargamento do contingente prioritário para candidatos emigrantes, familiares que com eles residam e lusodescendentes para a 2.ª fase do Concurso Nacional de Acesso.

Promover a equidade no ensino superior não se limita ao acesso ao ensino superior, mas tem de acompanhar todo o percurso dos estudantes. Isso passa por um compromisso muito forte com a **ação social**, quer no volume dos recursos, quer na agilidade e eficácia dos apoios.

Deste modo, importa salientar o esforço de alargamento do universo de estudantes bolseiros, ao aumento dos montantes das bolsas de estudo e complementos, à introdução de novas modalidades de apoio e à aprovação de reforço extraordinário das bolsas de estudo em 10% para todos os estudantes para mitigar o efeito da inflação.

As medidas introduzidas neste ano letivo conduziram a que o **Fundo de Ação Social** tenha executado em **2022** o montante de **151 M€**, o que representa um acréscimo de **17%** em relação ao ano anterior, sendo esta a segunda maior execução de sempre, só ultrapassado pela execução de 163 milhões de euros de 2010.

A ação social assistiu, também, a uma melhoria substancial da eficácia e a eficiência do sistema de atribuição de **bolsas de estudo**. Até ao dia 27 de fevereiro estão atribuídas mais de 72 mil bolsas, prevendo-se que até ao final do ano letivo o número total de bolseiros se venha a fixar nos 80 mil. O aumento do número de estudantes bolseiros está relacionado com o alargamento do limiar de elegibilidade, que alargou o universo de pessoas abrangidas. Desde 2017, o limiar de elegibilidade foi aumentado duas vezes e será novamente alargado a partir de setembro de 2023, passando aí a fixar-se em 10.548,16 € de rendimento per capita. Entre setembro de 2022 e setembro de 2023 o limiar de elegibilidade aumentará 12%.

Durante esta semana, mais precisamente esta quinta-feira, será também publicado o despacho que cria e regulamenta o **apoio extraordinário para suportar custos de alojamento a todos os estudantes deslocados do ensino superior público e privado** que sejam beneficiários até ao 3.º escalão de abono de família no presente ano letivo e que não sejam bolseiros de ação social, como previsto no Orçamento do Estado.

Adicionalmente, foi mantido o compromisso no reforço das condições de **alojamento** no ensino superior, por via do alargamento de apoios neste domínio, quer no montante das majorações como no universo abrangido, e pela total contratualização do financiamento atribuído para construção e reabilitação de residências através do Plano de Recuperação e Resiliência.

Durante esta legislatura, o investimento em residências para estudantes ascenderá a **450 milhões de euros**. Já inaugurámos, aliás, a primeira residência requalificada no âmbito do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior e contamos ter mais residências prontas já este ano. Se considerarmos todos os projetos em curso, em qualquer uma das fases do projeto, estão atualmente em andamento **77 projetos**, num valor total de cerca de **246 milhões de euros**. Esses projetos envolvem 10 788 camas. Gostaria ainda de referir que, no âmbito do PRR, o ministério que tutelo apresenta uma elevada taxa de execução face ao conjunto de metas estabelecidas, o que demonstra que **o PRR está efetivamente em movimento**.

Por outro lado, por forma a minimizar as dificuldades urgentes dos estudantes, exploramos todos as possibilidades disponíveis com entidades dos setores público, privado e social. Desse

esforço resultou a **renovação de protocolos já existentes (num contexto muito mais adverso)** e a **contratualização de novos protocolos** de cedência de alojamento com entidades do setor hoteleiro, cooperativo e social. O número de camas não é pré-determinado, pois existe a flexibilidade para atender à procura que for surgindo ao longo do ano letivo e também porque os protocolos são feitos diretamente entre as Instituições de Ensino Superior e aquelas entidades.

É também uma prioridade garantir a qualidade do Ensino Superior e promover o sucesso académico a todos os estudantes independentemente das suas origens socioeconómicas e geográficas. Não podemos conformar-nos com os atuais níveis de abandono escolar, ainda que estatisticamente inferiores à média da OCDE. Assim, foi lançado o **Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior**. Concluímos já a primeira fase do financiamento deste programa, tendo sido aprovadas as candidaturas de 24 instituições de ensino superior públicas e privadas, das quais sete já se encontram em execução, num valor total de projetos aprovados de 6,6 milhões de euros.

Tendo em conta o sucesso da primeira fase do programa e o nosso compromisso com a qualidade da educação, estamos já a preparar a segunda fase, para ser lançada até ao final do primeiro semestre deste ano, abrangendo as denominadas regiões de não convergência (Área Metropolitana de Lisboa, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira).

Sabemos que a promoção do sucesso e a prevenção do abandono passa pela criação de condições de bem-estar dos nossos estudantes. Deste modo estamos a trabalhar com o Ministério da Saúde e com a equipa do Plano Nacional da Saúde Mental tendo em vista o lançamento, em 2023, dum **programa de apoio à saúde mental no ensino superior**.

A concretização destas iniciativas políticas só é possível com instituições de ensino superior dinâmicas, fortes e com capacidade de responder aos desafios que o ensino superior enfrenta. Deste modo, é uma prioridade para a atual equipa do MCTES fortalecer as instituições de ensino superior num quadro de estabilidade e autonomia. A prossecução deste objetivo passa por uma reflexão participada e aprofundada acerca do enquadramento legal e organizacional das instituições de ensino superior, bem como dos modos de promover uma maior participação e comunicação dentro das instituições de ensino superior e entre estas e as comunidades nas quais se inserem.

Nesse contexto, dando cumprimento aos imperativos legais, às recomendações do Conselho Nacional de Educação bem como deste Parlamento, iniciámos já o processo público e participado de avaliação do **Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior**, cujo primeiro passo foi nomear uma comissão independente que promoverá o debate público e uma auscultação alargada ao longo deste ano, tendo em vista a avaliação do RJIES. Este processo visa promover uma ampla discussão pública com as comunidades académica e científica, estudantes, sindicatos e representantes da sociedade civil, beneficiando também de estudos e análises já realizados por entidades públicas e privadas sobre esta matéria. Aguardamos conhecer as conclusões dessa comissão, cuja apresentação pública está prevista para dezembro de 2023.

Estamos também a trabalhar para promover uma relação de confiança com as instituições de ensino superior, valorizando a estabilidade, a previsibilidade e a transparência da regulação do sistema, seja ao nível dos objetivos, do quadro legal ou do **financiamento**. Isso pode e deve ser concretizado, através duma **contratualização plurianual** com objetivos prioritários de política pública, que respeitem e promovam a autonomia e a reflexão estratégica das instituições.

Neste capítulo do **financiamento**, depois da apresentação do relatório da OCDE, que constitui um contributo fundamental para a definição do novo modelo, encontra-se agora em preparação a definição dos aspetos concretos do novo modelo, num trabalho técnico coordenado pelo Secretário de Estado do Ensino Superior em articulação com o Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFe), e será apresentado e discutido com as instituições de ensino superior no segundo trimestre deste ano, tendo em vista a sua aplicação gradual a partir do Orçamento do Estado 2024.

Ao nível financeiro, pelo impacto que tem nas instituições académicas e científicas, importa também salientar que a **execução financeira da FCT atingiu um máximo histórico de 618 milhões de euros em 2022**. A execução financeira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia cresceu cerca de 9% face a 2021.

Estes progressos no sistema de ensino superior e científico ocorreram num contexto de grande incerteza devido à conjuntura internacional e ao regresso da guerra à Europa. A 24 de fevereiro assinalou-se o primeiro aniversário da invasão ilegal e injustificada da Ucrânia pela Rússia e o impacto que isso teve em milhares de pessoas que tiveram que fugir da guerra.

Portugal continuará a fazer tudo para apoiar as vítimas da guerra e a reconstrução da Ucrânia, desde logo dando condições para que todos possam continuar a estudar e a trabalhar no nosso país. A este propósito devo salientar o enorme apoio que as nossas instituições de ensino superior deram e dão a todos os estudantes que pretendem prosseguir a sua vida em paz.

Até 28 de fevereiro deste ano inscreveram-se no ensino superior **327 estudantes refugiados** do conflito militar na Ucrânia, 134 diplomados estão inscritos em unidades para completar os percursos formativos necessários a aceder a uma profissão regulamentada, quando o seu grau académico não seja suficiente, foram reconhecidos 300 graus académicos ucranianos e estão previstos 1,8 milhões de euros em bolsas de estudo. Este esforço será continuado enquanto necessário para que ninguém perca a esperança num futuro de paz e prosperidade.

Durante este período, também existiram impactos indiretos da guerra nas instituições de ensino superior, nomeadamente o grande agravamento do custos de energia, que foi **integralmente** compensado pelo Estado que reforçou o orçamento das IES em **20 milhões de euros** para fazer face a esse impacto e manter os seus orçamentos equilibrados.

Quanto mais forte e estável for o sistema de ensino superior, mais desenvolvido será o sistema científico e tecnológico nacional. Por isso é que o Ministério que tutelo tem trabalhado na promoção e reforço da relação entre a ciência e o ensino superior e as comunidades que estas almejam servir. Essa relação deve ser uma relação não de reatividade ou de subordinação da ciência ou do ensino superior, mas uma relação de valorização do potencial transformador do país que estes sistemas corporizam.

Para tal permitam-me resumir algumas medidas já a decorrer:

- a promoção da presença de quadros qualificados, de doutorandos e de investigadores no setor empresarial, mas também no setor público e no setor social, através do aumento de bolsas em contexto não académico e da atribuição de contratos de estímulo ao emprego científico em setores não académicos;
- no sentido de valorizar as carreiras científicas durante o próximo trimestre serão iniciados os procedimentos legislativos e negociais que permitam, pela primeira vez, estabelecer um regime de carreira docente no ensino superior privado e rever o estatuto de carreira de investigação científica.
- lançámos vários programas de apoio financeiro, programa RESART e ERC-PORTUGAL
- impulsionamos a posição no setor do Espaço, com uma subscrição total de 115 milhões de euros, a maior subscrição de sempre dos programas da Agência Espacial Europeia (ESA), apoiando o reforço das atividades científicas, tecnológicas e empresariais na área.

Na dimensão internacional, importa ainda salientar o memorando de entendimento entre a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a nova escola da Universidade de Stanford, a Stanford Doerr School of Sustainability no passado mês de Fevereiro, uma escola inovadora e orientada para a investigação de soluções com elevado impacto nas alterações climáticas sentidas a nível mundial, concebida para acelerar drasticamente os avanços e soluções científicas, tecnológicas e políticas. Este esforço enquadra-se na iniciativa “Go Portugal – Global Science and Technology Partnerships” que visa a internacionalização da investigação científica e tecnológica nacionais e cujos impactos e desenvolvimento futuro estão atualmente em avaliação.

As relações internacionais foram ainda aprofundadas também na cooperação do espaço do mediterrâneo, nomeadamente com o Egipto, e serão ampliadas com os outros países da bacia mediterrânea, prevendo-se até ao final deste ano o estabelecimento de um acordo renovado no quadro da União para o Mediterrâneo sobre o Ensino Superior. Vai ser assinado para a semana no âmbito da cimeira Luso-Espanhola um MdE de onde se destaca por exemplo o reconhecimento de graus académicos e diplomas do ensino superior.

Ao longo de quase um ano procuramos avançar em aspetos essenciais para o ensino superior e para a ciência em Portugal. No entanto, estamos conscientes de que muito trabalho há a fazer para desenvolvermos mais e melhor estes setores tão importantes para o futuro do país. É com esse propósito que continuaremos a trabalhar todos os dias, por forma a termos mais e melhor ciência, mais e melhor ensino superior, na firme convicção de assim contribuirmos para um país mais próspero, mais desenvolvido e mais justo.

Muito obrigada.